



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
COMISSÃO DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIAS E ASSUNTOS
LEGISLATIVOS

Agenda da Reunião da Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos, para o dia 07 de fevereiro do corrente ano, às 11:00hrs, no gabinete da Vice-Presidência, neste Tribunal, constando os processos abaixo listados, dentre outros:

1. Processo nº. 39751/2015

Requerente: Corregedoria Geral da Justiça.

Assunto: Proposta que objetiva a alteração das Leis Complementares nº 14/1991 (CDOJ) e nº 48/2000 (FERJ), como medida de implementação e homenagem ao programa “Redescobrimo os Juizados Especiais”, de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça-CNJ.

***Parecer da Coordenadoria de Orçamento no dia 17.10.2016 (DESPACHO-CO – 27512016).**

****Manifestação da Diretoria do FERJ no dia 07.11.2016 (INFORMA-DFERJ – 142016).**

***** Pedido de vista do Des. Marcelo Carvalho Silva na reunião do dia 22.11.2016.**

2. Processo n. 36470/2016.

Requerente: Elaile Silva Carvalho – Juíza de Direito Titular da 1º Vara da Comarca de Balsas – Diretora do Fórum de Balsas.

Relatora: Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes.

Assunto: Trata-se de pedido de criação e instalação de quatro varas na Comarca de Balsas.

***A Coordenadoria de Orçamento se manifestou pelo indeferimento em razão da ausência de disponibilidade orçamentária (OFC-CO – 102016).**

**** A Corregedoria Geral da Justiça se manifestou pelo indeferimento da proposta por entender existir outras prioridades e por não haver disponibilidade orçamentária (DECISÃO-GCGJ – 722017).**

3. Processo n. 27292/2015.

Requerente: Diretoria de Recursos Humanos.

Relatora: Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes.

Assunto: Trata-se de Proposta de Resolução que dispõe sobre a normatização do Juizado Especial da Fazenda Pública do Termo Judiciário de São Luís, de acordo com a Lei nº. 12.153/2009.

*** A Corregedoria Geral da Justiça se manifestou pelo deferimento da proposta apresentada e pelo indeferimento da sugestão do Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos para criação de mais um Juizado Especial da Fazenda Pública (DECISÃO-GCGJ – 9702016).**


4. Processo n. 530292012.

Requerente: Regina Lúcia de Almeida Rocha, Procuradora-Geral de Justiça.

Relator: Des. José de Ribamar Castro.

Assunto: Trata-se de pedido para a doação de um terreno com dimensão mínima de 25x50m, preferencialmente em área contígua ao Fórum do Município de Riachão, para fins de construção da futura sede da Promotoria de Justiça de Riachão

*** Pedido de pauta do relator, Des. José de Ribamar Castro.**


Des^a. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Presidente da Comissão de Divisão e Organização
Judiciárias e Assuntos Legislativos